



# IDeIAS

*Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

## Exploração e Gestão dos Recursos Naturais em Niassa: Dinâmicas e Desafios

Sérgio Chichava

Moçambique é um país rico em recursos naturais, a maior parte dos quais ainda inexplorados. Dos recursos naturais mais notáveis e que tem atraído muita atenção, destacam-se o carvão mineral, gás natural, rubis e grafite. Numa lista de 99 países, estatísticas mostram que Moçambique ocupa o 14º lugar dos países com maiores reservas mundiais de gás; 26º na lista mundial de 80 países com maiores reservas de carvão mineral; 5º na lista dos países com maiores reservas mundiais de grafite numa lista de dez países (Government of Canada 2024). Em Montepuez, na província nortenha de Cabo Delgado, encontra-se o maior e mais valioso depósito de rubis no mundo (Lempriere 2019). Para além disso, Moçambique, tem uma imensa e rica costa (a 4ª maior da África) e importantes áreas de conservação faunística e animal nomeadamente, o Parque Nacional da Gorongosa (PNG) e a Reserva Especial do Niassa (REN). Entretanto, a exploração e gestão destes recursos, embora recente, tem sido motivo de muita controvérsia, afirmando-se que geram mais riscos do que benefícios<sup>1</sup>.

Com base num estudo realizado na província do Niassa, este texto tem como objectivo analisar os desafios e as dinâmicas da exploração dos recursos naturais naquela região do país. O trabalho resulta de entrevistas semiestruturadas efectuadas entre Junho e Julho de 2021 na cidade de Lichinga e nos distritos de Mavago e Lago na província do Niassa, envolvendo garimpeiros, organizações da sociedade civil (OSC) e funcionários de Estado.

A província do Niassa, no norte de Moçambique, é a par de Cabo Delgado, das províncias que com maiores reservas de rubis. Há também nesta província ocorrência de ouro e grafite e é onde se encontra a REN.

Este texto foca em cinco aspectos: (i) Exclusão no acesso a recursos naturais em virtude da cor partidária; (ii) Conflitos entre a REN e as comunidades locais; (iii) Elites locais e a usurpação de recursos naturais; (iv) Exploração de recursos naturais em zonas de fraca presença do Estado e; (v) Canalização das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais pelo Estado às comunidades locais.

### 1. Exclusão no acesso a recursos naturais em virtude da filiação partidária

Em Niassa, esta situação é particularmente perceptível em áreas de grande predominância de antigos combatentes da Frelimo. Nestes locais (distritos do Lago, Sanga e Mavago), onde os antigos combatentes dedicam-se à mineração através de algumas associações ou cooperativas, os membros dos partidos políticos da oposição acusam-nos de não tolerarem a existência de outras forças políticas e de vedar a

participação dos seus membros na exploração dos recursos minerais. Os membros dos partidos da oposição (particularmente da Renamo) afirmam que, regularmente, são alvos de perseguição nas aldeias e nos locais de mineração. A partidarização também acontece no acto da constituição dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN), onde membros da oposição são excluídos, alegadamente porque podem promover discórdia no seio destes órgãos. A exclusão dos membros e simpatizantes de partidos políticos da oposição no acesso a mineração nestes locais é uma fonte potencial de descontentamento social, com consequências imprevisíveis, podendo, por exemplo, contribuir para o seu aliciamento para movimentos subversivos, como será mostrado a seguir.

### 2. Conflito entre a Reserva Especial do Niassa e as comunidades locais

A ocorrência de alguns recursos minerais como ouro e rubis dentro da REN e a necessidade que a comunidade local tem em explorá-los tem sido uma fonte permanente de conflito entre as duas partes. Em Mavago (Msawazi) assim como no Lago (Lupilichi) têm sido reportados conflitos entre os exploradores de recursos minerais, Forças de Defesa e Segurança (FDS) e guardas da REN. Muitas vezes, os exploradores de recursos minerais são vítimas de expropriação, acusados de mineração ilegal e de caça furtiva. Trata-se de conflitos antigos e que parecem não ter uma solução para breve. Em virtude disso, as comunidades locais têm apresentado constantes reclamações não só para a resolução dos problemas acima mencionados, mas também para exigir maior acesso na exploração de recursos naturais<sup>2</sup>.

Em 2012, por exemplo, os antigos combatentes da Frelimo queixaram-se ao antigo presidente Guebuza, das acções não só dos guardas da REN, mas também da polícia (African Review 2012). Segundo os antigos combatentes, os seus filhos, que na prática, são os que tem exercido actividade mineira, visto que os seus pais já são idosos, tem sido as maiores vítimas de expropriação e prisão. Igualmente, a mineração nestes locais (Msawize e Lupilichi) é também caracterizada pela presença de milhares de cidadãos estrangeiros, particularmente da Tanzânia e de alguns países da região dos Grandes Lagos, que também tem sido invariavelmente vítimas de expropriação e expulsão do país, acusados de mineração ilegal e de caça furtiva na Reserva Especial do Niassa.

Em 2022, a persistência destes conflitos levou os antigos combatentes a não só exigirem ao Governo de Niassa mais oportunidades no acesso à mineração de rubis, como também a se queixarem dos maus-tratos protagonizados pelos guardas da REN (Yussuf 2022).

É preciso sublinhar que foram actos de violência

contra garimpeiros em Montepuez, protagonizados pelo Estado, que, entre outros, contribuíram para o recrutamento de jovens para as fileiras do Al Shabaab em Cabo Delgado<sup>3</sup>.

Evidências mostram que parte significativa de jovens dos distritos de Nangade, Mueda e Montepuez em Cabo Delgado, entraram no Al Shabaab para se vingar de acontecimentos de Namanhumbir em princípios de 2017, em que centenas de garimpeiros locais foram torturados violentamente, seus bens saqueados, tendo alguns perdido a vida, numa operação que visava a instalação da Montepuez Ruby Mining (MRM). Há também evidências de que a violência contra os garimpeiros e caçadores furtivos na REN teve também as mesmas consequências.

Podemos sustentar esta afirmação usando dois exemplos: um sobre Dardai Jongo em Cabo Delgado e outro sobre Maulana Cássimo Ali em Niassa, nomes sonantes da insurgência no norte de Moçambique.

Dardai Jongo, acompanhou a morte do pai após este ter sofrido fortes torturas nas minas de rubi de Montepuez. Segundo as informações apuradas, o pai do Dardai Jongo teria sido torturado pelos guardas da MRM, localmente conhecidos por "homens catana" (*Anakatana* em Macua). A morte do Jongo pai, teria sido, segundo relatos locais, uma das razões que levou Dardai Jongo a ingressar no Al Shabaab. Dardai Jongo, tido como um dos líderes do Al Shabaab ficou famoso entre outros, quando em Abril de 2019 colocou no seu perfil do Facebook, a bandeira do Estado Islâmico e também quando foi apresentada uma arma com sua assinatura pelo exército ruandês em 2021.

Em Niassa, acredita-se que a radicalização do jovem Maulana Ali Cássimo, que era um dos rostos mais visíveis da insurgência (antes de ser morto pelas forças governamentais em finais de 2021), se explica entre outros, pela sua indignação em relação à atitude das autoridades locais em relação aos garimpeiros de Mariri, na localidade de Mbamba, distrito de Mecula e a caçadores furtivos na REN (Feijó 2021)<sup>4</sup>.

A tensão ao redor da REN, é ainda exacerbada pelo facto de, na mesma área em que a comunidade foi proibida de explorar rubis, ter sido concessionada a Fura Gems, uma empresa de capitais nacionais e estrangeiros. Esta situação deixa perplexas as comunidades, que dizem não entender, porque uns podem ter acesso à exploração de recursos naturais na zona tampão da REN, enquanto a outros, é lhes vedada sob pretexto de ser uma zona protegida (Omar, 2023).

Entretanto, parece que não foram tiradas lições do caso de Namanhumbir. Muito recentemente, foi noticiada a retirada compulsiva de cerca de quatro mil garimpeiros da mina de ouro de Nsongueredzi, no

<sup>1</sup> Sobre o assunto, ver Rantala (2022).

<sup>2</sup> Esta não era a primeira vez que os antigos combatentes reclamavam o acesso à mineração. Ver por exemplo, Notícias (2018).

<sup>3</sup> Grupo armado que, desde 5 de outubro de 2017, tem protagonizado ataques ao Estado moçambicano, com maior incidência na província de Cabo Delgado.

<sup>4</sup> Sobre a violência contra os garimpeiros de Montepuez ver, Chichava (2020). Sobre Maulana Ali ver, também, Chichava (2022).

Distrito de Chifunde, Província Tete (Moz24h 2023).

### 3. Elites locais e a usurpação de Recursos Naturais

Há também uma percepção negativa da actuação de algumas figuras políticas ligadas ao partido no poder, maioritariamente naturais de Niassa, particularmente no sector dos recursos minerais e das terras. Estas figuras são vistas como tendo se apoderado de vastas porções de terra nesta província. Um dos exemplos mais citados é o caso das terras à volta da praia de Chiuanga, no Lago Niassa e de Lichinga, na capital do Niassa. As pessoas por nós entrevistadas, não se opõem a que essas terras possam estar na posse da elite, mas segundo elas, a maneira como são adquiridas ou atribuídas é o verdadeiro problema. Também mostram-se agastadas com o facto de muita terra na posse desta elite estar a ser pouco explorada. Existe ainda a percepção de que o sector de mineração é dominado por esta elite. Igualmente, esta elite é vista como conivente no já velho e crónico problema da exploração ilegal da madeira em colaboração com cidadãos estrangeiros, particularmente com cidadãos chineses.

Por estas razões, localmente existe a percepção destas figuras políticas contribuírem para a perpetuação da pobreza e de conflitos nesta província.

### 4. Exploração de recursos naturais em zonas de fraca presença do Estado

Outro aspecto tem a ver com a existência de áreas de exploração ilegal de recursos naturais, por parte de cidadãos estrangeiros onde o Estado não exerce nenhum controle. Em geral, trata-se de áreas de difícil acesso, como nalguns pontos de Lupilichi. É o caso da aldeia de Mpapa que, segundo relatos locais, foi criada e é dominada por cidadãos Tanzanianos que exploram o ouro a seu bel-prazer devido a fraca fiscalização do Estado. É preciso sublinhar a existência de conflitos por toda a província, opondo o Estado e cidadãos estrangeiros, acusados de explorar ilegalmente recursos naturais. Esta situação já levou a detenção e expulsão massiva de cidadãos tanzanianos, criando uma situação de mal-estar entre os dois países<sup>5</sup>.

Embora com algumas especificidades locais, os problemas aqui relatados, também foram observados noutros locais, como por exemplo, Nairoto em Montepuez, província de Cabo Delgado<sup>6</sup>.

### 5. Canalização das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais pelo Estado às comunidades locais

De acordo com a legislação mineira, terra e ambiente, todas as comunidades que residem nos locais onde são explorados recursos naturais tem direito a uma compensação por parte das entidades que operam localmente. Para a extração de recursos florestais, foi estabelecida a percentagem de 20% (Decreto 12/2002) e 2.75% para os minerais (Lei n.º 20/2014). Para a recepção dos fundos, as comunidades devem se organizar em CGRN. Porém, a canalização destes fundos tem sido motivo de controvérsia em todo país. Para além da demora na sua canalização (e nalguns casos, nem há canalização), diferentes CGRN bem como OSC queixam-se da interferência do Estado e do governo no uso dos fundos destinados às comunidades: Dizem que as autoridades ditam onde e como devem ser usados estes fundos; que a comunidade não tem autonomia para decidir o que fazer com estes fundos; isto em parte pode levar a concluir que o Estado e o

governo pensam que as comunidades não sabem o que é melhor para elas; o que algumas vezes pode não ser verdade; Nalguns casos, por não receber os fundos, a população, particularmente os CGRN, colaboram com os furtivos.

Outro aspecto tem a ver com a legalização das actividades dos CGRN, um processo bastante moroso e penoso. Para que um CGRN tenha existência legal deve requerer autorização ao Estado e ter os seus estatutos publicados no Boletim da República. Este processo, para além do seu custo monetário, exige que os membros tenham documentos de identificação. Para a recepção dos fundos, o CGRN deve ter uma conta bancária. O mesmo se aplica às associações ou cooperativas que dedicam a mineração ou outras actividades relacionadas com a exploração dos recursos naturais. As principais dificuldades neste processo de legalização dos CGRN e das associações ou cooperativas mineiras tem a ver não só com o custo do processo que está aquém das possibilidades das comunidades locais, mas também com a enorme burocracia envolvida e a falta de documentos de identificação, que localmente, são praticamente impossíveis de obter, dada a precariedade dos serviços públicos.

As dificuldades na legalização colocam os garimpeiros, especialmente os não ainda legalizados, expostos à perseguição pelas autoridades.

### Conclusão

A gestão e exploração inclusiva de recursos naturais em Moçambique enfrenta ainda sérios desafios, com uma parte significativa girando em função da natureza do Estado. De entre estes desafios, a partidarização do Estado, que faz com que os cidadãos sejam excluídos ou que tenham mais privilégios em virtude da sua cor partidária, a deficiente canalização por parte do Estado e das empresas dos benefícios que as comunidades locais tem direito em virtude da exploração dos recursos naturais, merece maior atenção por parte dos decisores políticos. Por exemplo, embora a legislação preveja mecanismos de inclusão das comunidades locais no acesso à gestão e exploração dos recursos naturais, desafios ligados à fraqueza dos serviços públicos, impedem a sua materialização, criando frustração e ressentimento em relação ao Estado. Ao mesmo tempo que a fraqueza do Estado prejudica cidadãos locais, ela é aproveitada por estrangeiros para explorarem ilegalmente os recursos naturais. Por isso, o reforço da capacidade do Estado nestes locais deve ser uma absoluta prioridade, para que o país e as comunidades locais possam beneficiar dos seus recursos. Caso não sejam tomadas decisões corajosas e arrojadas, corre-se o risco de o país não só continuar a perder imensos recursos, mas também ter o seu território fragmentado.

Por último, mas não menos importante: os conflitos, algumas vezes violentos, entre as chamadas áreas de conservação (parques e reservas naturais) que tem ocorrido um pouco por todo o país, também precisam ser melhor regulados e geridos pelo Estado.

### Referências

African Review. 2012. *Mozambique government urges sustainable ruby mining*. Disponível em: <https://www.africanreview.com/construction-a-mining/quarrying/mozambique-government-urges-sustainable-ruby-mining> (consultado a 13 de Junho de 2022).

Carta de Moçambique. 2022. *Tanzanianos exploram ilegalmente recursos minerais em Montepuez*. Disponível em: [https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/11783-tanzanianos-exploram-](https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/11783-tanzanianos-exploram-ilegalmente-recursos-minerais-em-montepuez)

[ilegalmente-recursos-minerais-em-montepuez">ilegalmente-recursos-minerais-em-montepuez](#) (consultado a 19 de Junho de 2022).

Chichava, Sérgio. 2022. "Maulana Ali Cassimo: insurgência no norte de Moçambique vista do Niassa", *IDeIAS N.º 147P*. Disponível em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/03/ideias-147P-SC-1.pdf> (consultado a 19 de Junho de 2022).

Chichava, Sérgio. 2022. A Frelimo criou o "Al Shabaab?". Uma análise às eleições de 15 de Outubro de 2019 a partir de Cabo Delgado, *Cadernos IESE n.º 18P*. Disponível em [https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18\\_SChichava.pdf](https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf) (consultado a 19 de Junho de 2022).

Decreto 12/2002. "Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia". *Boletim da República*, I Série, 2º Suplemento, 6 de Junho de 2002.

Feijó, João. 2021. "Identidades, pretensões e canais de comunicação com os machababos". *Destaque Rural*. (130). Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/upload>. (consultado a 19 de Junho de 2022).

Governement of Canada. 2024. *Grafite facts*. Disponível em: <https://natural-resources.canada.ca/our-natural-resources/minerals-mining/mining-data-statistics-and-analysis/minerals-metals-facts/graphite-facts/24027> (consultado a 13 de Agosto de 2024).

Integrity Magazine. 2022. *Disputa na exploração de Rubi divide população e Fiscais da Reserva do Niassa*. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/877> (consultado a 19 de Junho de 2022).

Lei 20/2014. "Lei de Minas". *Boletim da República*, I Série, 2.º Suplemento, 18 de Agosto de 2014.

Lempriere, Molly. 2019. "Gemstone mining map". *Mining Technology*. Disponível em: <https://www.mining-technology.com/features/gemstone-mining-map-2/> (consultado a 13 de Agosto de 2024).

Lusa. 2006. *Tanzânia preocupada com expulsão de garimpeiros de Niassa*. Disponível em: [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2006/11/tanznia\\_preocup.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/tanznia_preocup.html).

Moz24h .2023. *Com recurso à violência e abuso de poder. Autoridades do Estado negam acesso à justiça e aos recursos minerais às comunidades de Chifunde, em Tete*. Disponível em: <https://moz24h.co.mz/com-recurso-a-violencia-e-abuso-de-poder/>.

Notícias. 2018. *Mavago: População pede área para exploração de rubis*, Maputo (8 de Julho).

Omar, Omardine 2023. "Governo autoriza exploração de rubis em quantidades industriais na Zona tampão da Reserva do Niassa", *Integrity Magazine*. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/10665>.

Rantala, Janne. 2022. "Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique", *Relatório de Pesquisa*. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf>

Saúte, Cláudio. 2010. Governo expulsa centenas de garimpeiros estrangeiros, *Canal Moz*, Maputo.

Yussuf, Mussa. 2022. "Disputa na exploração de Rubi divide população e Fiscais da Reserva do Niassa", *Integrity Magazine*. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/en/arquivos/877>. (consultado a 25 de Julho de 2022).

<sup>5</sup> Ver por exemplo, Saúte (2010).

<sup>6</sup> Sobre Nairoto, ver Carta de Moçambique (2022).